

## ARTIGO

# VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS EM PORTO VELHO/RO

**BRUNO HENRIQUE LINS ANDRADE**

Psicólogo e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Analista educacional atuante na Equipe Multidisciplinar da Gerência de Formação Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

**País:** Brasil **Estado:** Rondônia **Cidade:** Porto Velho

**Email:** brunenrriqui@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7099-6259>

**MARIA IVONETE BARBOSA TAMBORIL**

Doutora em Psicologia. Professora titular da Universidade Federal de Rondônia. Membro do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) onde coordena a linha de pesquisa a "Condição feminina na Amazônia". Atua na área de políticas públicas com ênfase nos processos educativos e gênero no contexto amazônico.

**País:** Brasil **Estado:** Rondônia **Cidade:** Porto Velho

**Email:** ivonetetamboril@unir.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9891-9004>

### Contribuições dos autores:

Autor e autora participaram do desenho da pesquisa, da análise de dados e revisão do texto. Bruno Henrique Lins Andrade: responsável pela realização da pesquisa, revisão da literatura e discussões dos resultados. Maria Ivonete Barbosa Tamboril: orientadora da pesquisa, responsável pelas orientações e direcionamentos no texto final do trabalho.

---

## RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar uma revisão de estudos empíricos sobre violência contra mulheres na região de Porto Velho, Rondônia. A pesquisa seguiu o método de revisão narrativa e foi justificada devido à permanência de altos índices de violência contra mulheres na capital, mesmo com a implantação dos dispositivos de proteção e assistência às mulheres. A busca foi realizada em bibliotecas eletrônicas e complementada com outras publicações acadêmicas. Nelas, são confirmados os altos índices de violência contra mulheres em Porto Velho e muitas dificuldades no funcionamento da Rede de Atendimento às mulheres da cidade. Conclui-se que, além de aprimorar a rede, também é preciso que esta seja articulada com outras políticas públicas, para melhor prevenir a violência contra mulheres na cidade estudada.

**Palavras-chave:** Feminismo. Violência contra mulheres. Políticas públicas. Gênero.

---

## ABSTRACT

### **VIOLENCE AGAINST WOMEN: EMPIRICAL EVIDENCE IN PORTO VELHO/RO**

*In this work, we reviewed empirical studies about violence against women in Porto Velho, Rondonia. This research followed the narrative review method and was justified due to the persistence of high rates of violence against women in the city, even with equipment of protection and assistance services for women. We searched for studies in electronic libraries and supplemented it with other academic publications. The studies conclude that there is a*

*high incidence of violence against women and many difficulties in the operation of the care network for women in the city. Besides improving this network, we indicate the need for its articulation with other public policies for better prevention of violence against women in the city.*

**Keywords:** *Feminism. Violence against women. Public policies. Gender.*

**Data de Recebimento:** 13/05/2022 – **Data de Aprovação:** 13/07/2023

**DOI:** 10.31060/rbsp.2024.v18.n1.1735

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vários levantes feministas insurgiram no combate às violências contra mulheres. O acesso à tecnologia e às redes sociais virtuais tem permitido a descoberta e a comunicação de similaridades no processo de opressão feminina (Rocha, 2017), culminando em manifestações diversas. A mobilização é tamanha que existem defesas de estarmos vivendo uma quarta onda do feminismo, sendo as anteriores: a de reivindicação do sufrágio feminino; a dos estudos de/por mulheres; e a que salientou a relação entre gênero e outros marcadores sociais (Perez; Ricoldi, 2018; Brunell; Burkett, 2021).

Uma das características deste momento é a pluralidade, acatando defesas de minorias que compõem os coletivos femininos, configurando o ápice de um processo que vem se desenvolvendo há décadas. Movimento que não só transformou a vida de muitas mulheres, mas também colaborou para outros modos de fazer ciência, incluindo o uso do gênero como categoria analítica (Scott, 1992, 1995) e a proposição da interseccionalidade para melhor entender os abusos às mulheres. De forma conjunta, gênero, raça, etnia e classe contribuem à compreensão de como ações cotidianas, realizadas ou não por representantes do Estado, podem moldar o empoderamento das pessoas desfavorecidas pelas estruturas sociais (Crenshaw, 2002).

Se as manifestações continuam atuantes, tendo sido ampliadas e popularizadas, é devido à permanência da opressão sobre as mulheres. O projeto de dominação/exploração das mulheres pelos homens, o patriarcado, ainda que tenha sido revisto, continua, e pode/consegue persistir até mesmo na ausência deles, uma vez que vivemos sob influência da ordem patriarcal, que atravessa as relações sociais (Saffioti, 2015). Ainda, o “reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação que não podem ser reduzidas unicamente à questão de gênero” (Costa; Ávila, 2005, p. 692) agora permite que demandas de mulheres menos visibilizadas sejam agregadas às lutas feministas. Atualmente, fala-se de uma quarta onda do feminismo (Brunell; Burkett, 2021), considerada tipicamente latino-americana, com esta localização no centro de um processo anteriormente norte-americano e europeu, favorecendo outras leituras e mudanças (Gonzalez, 2017).

Nesse percurso, das consequências históricas do feminismo, são destacáveis os avanços em relação aos direitos das mulheres, incluindo desde questões reprodutivas e sexuais até a conscientização sobre a reprodução da dominação/exploração de mulheres ao longo da história. O reconhecimento de que a subjetivação de mulheres e homens acontece em meio a um contexto social, cultural, político e econômico, que instiga a violência de gênero (Castañeda, 2006; Saffioti, 2001, 2019), é importante para que reconheçamos limites e potências de nossas atuações no cotidiano. No entanto, ainda não são todas as pessoas que reconhecem a gravidade da situação das mulheres no Brasil e no resto do mundo. Mesmo com os progressos decorrentes das manifestações feministas ao redor do globo, incluindo a criação de leis

e serviços de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência, muitas delas ainda continuam sendo vitimadas diariamente. Nesse contexto, em 2006, o Brasil instituiu a Lei Maria da Penha (LMP), no intuito de punir, coibir e prevenir os casos de violência doméstica e familiar contra mulheres (Brasil, 2006).

Além dos objetivos citados, a LMP também determina o atendimento multidisciplinar nos juizados especializados (Brasil, 2006), ampliando o escopo de assistência às mulheres. Desde sua sanção, estima-se que esta lei contribuiu para diminuir a progressão na taxa de mortes femininas por agressão (Ipea, 2015). No entanto, a legislação por si não foi capaz de intervir no/na machismo/misoginia, presentes no cotidiano das brasileiras, e o país segue registrando altas taxas de violência contra mulheres. Em 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas, 66% negras, e deste total de casos, 1.407 (28,5%) aconteceram em residências, uma taxa significativa de violência doméstica. Os dados acrescentam que, nos últimos anos, já com a existência da LMP, houve aumento do uso de arma de fogo nesse tipo de crime doméstico, mostrando como são problemáticas as propostas de flexibilização da posse e do porte de armas no país (Ipea; FBSP, 2019).

Os 3.737 assassinatos de mulheres registrados em 2019, que representam a violência mais evidente, são apenas uma parte da opressão de mulheres no Brasil, pois há outras violências bastante expressivas, como a de cunho sexual, que deixam sequelas profundas na vida das vítimas (Cerqueira; Ferreira; Bueno, 2021). Só em 2018, notícias veiculadas na mídia brasileira, entre janeiro e novembro, revelaram 32.916 casos de estupro e 14.796 casos de violência doméstica (Brasil, 2018a). A LMP avançou neste sentido, reconhecendo cinco tipos de violência: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral (Brasil, 2006), revelando que é frequente conhecermos mulheres que sofrem violências.

Assim, o conhecimento sobre a lei e a crescente conscientização sobre as violências contra mulheres têm permitido à população se pronunciar sobre o assunto (Data Popular; Instituto Patrícia Galvão, 2013). Uma pesquisa indica que 55% das pessoas já presenciaram/ficaram sabendo de mulheres vítimas de alguma violência sexual (Instituto Patrícia Galvão; Locomotiva, 2016). Outro estudo informa que 59% das pessoas já viram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente, e que 52% das mulheres consultadas não denunciaram a agressão (FBSP, 2017), denotando que, apesar dos avanços, ainda existem dificuldades.

Um entendimento é que as medidas adjacentes à lei foram efetivadas de maneira desigual no país (Ipea, 2015), reiterando que sua efetivação é complexa e envolve tanto o poder público quanto a sociedade, que precisa compreender a magnitude do problema. Neste sentido, a LMP prevê no inc. IX do Art. 8º: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006). Porém, nem todos os lugares têm assumido engajamento nessa discussão, devido a embates nas instâncias reguladoras de políticas educacionais.

Ainda, durante as medidas de isolamento na pandemia de Covid-19, os índices de violência contra mulheres aumentaram em vários lugares do mundo, incentivando medidas de urgência para a proteção das mulheres (Recavarren; Elefante, 2020). Nesse período, a situação brasileira foi a seguinte: junto a um decréscimo nas denúncias, houve um aumento dos feminicídios, o que, apesar de parecer contraditório, relaciona-se à conhecida dificuldade de acesso das mulheres às políticas públicas, agravada durante o isolamento (FBSP, 2020; Mendonça, 2020). Apesar de o momento ter necessitado de mais investimentos na realização dessas políticas, na época o governo federal continuou seu desmonte, por meio do esvaziamento de recursos (Miguel, 2019; Rezende; Resende, 2020).

Frente aos avanços e retrocessos que vêm ocorrendo para as mulheres brasileiras nos últimos anos, especialmente após a LMP e a Lei do Feminicídio, que aumentou a gravidade dos assassinatos de mulheres (Brasil, 2015; Cejus; SRJ, 2015), este estudo tem o intuito de identificar e discutir produções científicas sobre violência contra mulheres pós-LMP em Porto Velho/RO. Buscou-se identificar o desenvolvimento da temática no local e no período pesquisado: o que abordam os estudos, quais suas conclusões e as lacunas existentes. Dessa forma, visa-se contribuir com esta discussão e refletir sobre caminhos possíveis para intervenções à violência contra mulheres.

## MÉTODO

Objetivando uma pesquisa qualitativa de revisão narrativa (Casarin *et al.*, 2020) dos estudos empíricos sobre violência contra mulheres produzidos pós-LMP em Porto Velho/RO, foi realizada uma busca exploratória na base de dados SciELO com os termos “violência”, “mulher”, “gênero” e “Porto Velho”, de formas combinadas com operador booleano. Primeiro, utilizou-se “violência AND mulher AND Porto Velho”; em seguida, “violência AND gênero AND Porto Velho”; ambos sem resultados. Buscou-se, então, “violência AND Porto Velho”, com 4 resultados, sendo 3 repetições de um artigo não elegível. Por fim, procurou-se por “gênero AND Porto Velho”, com 10 resultados inelegíveis.

Diante da carência de resultados, recorreu-se ao Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Seguindo a mesma sequência anterior, as combinações resultaram as quantias de resultados: 4, 2, 10, 23. Destas 39, apenas 1 era referente ao objetivo desta pesquisa. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o mesmo percurso retornou 16, 10, 43 e 116 resultados, apenas 1 elegível.

Devido a essa escassez, investigou-se os anais dos eventos de iniciação científica da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), disponíveis no portal da instituição. Foram buscados os termos previamente citados e observados os títulos e resumos das comunicações das áreas de Ciências da Vida e Saúde e das Ciências Humanas e Sociais. Dessa pesquisa, obteve-se 12 resultados.

Também foi explorado o repositório institucional da UNIR, em que buscou-se separadamente “violência”, “gênero” e “mulher”; dos 265 resultados, 7 dissertações atenderam ao local, período temporal e tema da busca. A leitura delas conduziu à outra busca, nos portais do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, em Psicologia e em Geografia, da universidade citada, acrescentando 2 dissertações e 1 trabalho de conclusão de curso aos resultados.

Após averiguação na biblioteca física da UNIR, acrescentou-se 1 trabalho de conclusão de curso a este levantamento. As buscas foram complementadas no Google Acadêmico, utilizando em conjunto os termos “violência mulher Porto Velho” e “violência gênero Porto Velho”, com verificação de 30 páginas de resultados. Nesse portal, encontrou-se 6 artigos e 1 trabalho de conclusão de curso. Visitou-se, ainda, a biblioteca da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON), na qual surgiram mais 3 trabalhos de conclusão de curso, 3 dissertações e 2 artigos pertinentes à pesquisa. Por fim, acrescentou-se ao *corpus* trabalhos conhecidos previamente: 2 capítulos de livro, 1 tese e 3 comunicações orais.

Assim, após a fase de levantamento, restaram 46 estudos, realizados até julho de 2019, dentre os quais: 2 capítulos de livros; 9 artigos; 6 trabalhos de conclusão de curso; 12 dissertações; 2 teses; além de 15

comunicações publicadas em anais de eventos científicos. Posteriormente, os trabalhos foram lidos integralmente e sintetizados em uma tabela, incluindo: nome do estudo, autoria, tipo de método, objetos de estudo, objetivo, resultados e ano de publicação. Considerando a diversidade das pesquisas incluídas no *corpus* desta revisão, para sua apresentação foi realizada análise temática de conteúdo, por meio do processo denominado “milha”, em que as categorias não estão predefinidas e são nomeadas no percurso de análise do material (Bardin, 1977/2016).

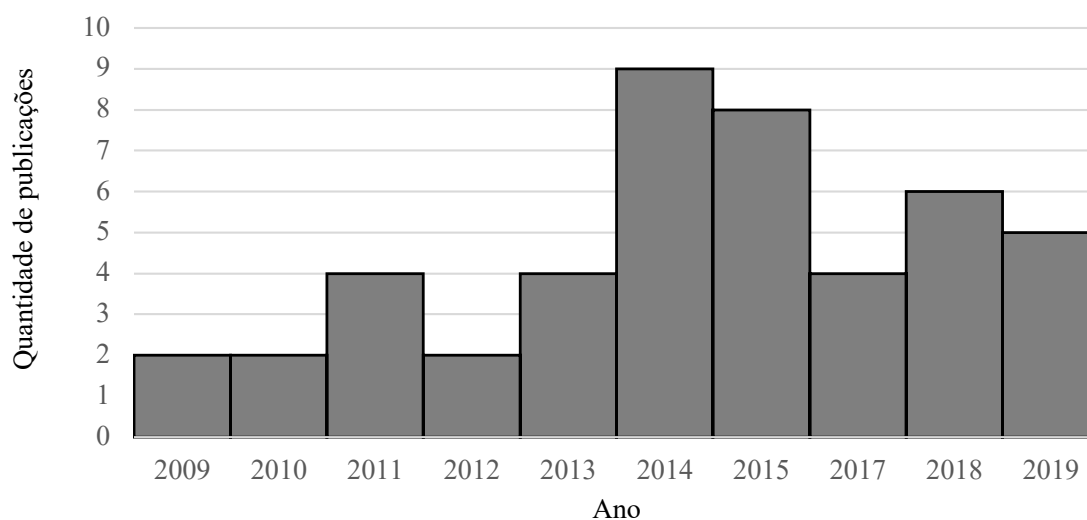
## RESULTADOS

Foram encontradas pesquisas de abordagem quantitativa (20), qualitativa (20) e mista (6), relacionadas a diferentes áreas de conhecimento: predominou a Psicologia (17), seguida por Direito (10), Ciências Sociais (5), Ciências Ambientais (3), Geografia (6), Enfermagem (4) e Ciência Política (1). Os anos de 2014 e 2015 concentraram a maior parte dos estudos sobre violência contra mulheres em Porto Velho/RO, caracterizando o auge de uma produção cujas primeiras contribuições remetem a três anos após a sanção da LMP. Como mostrado na Figura 1, a quantidade de estudos por ano ficou distribuída da seguinte forma: 2009 (2), 2010 (2), 2011 (4), 2012 (2), 2013 (4), 2014 (9), 2015 (8), 2017 (4), 2018 (6), 2019 (5); portanto, apenas em 2016 não foi registrado nenhum achado.

Algumas autoras se destacam pela quantidade de pesquisas realizadas na temática buscada, como já foi apontado por Sucupira (2017). Arneide Bandeira Cemin, Kátia Fernanda Alves Moreira, Maria das Graças Silva Nascimento Silva e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, professoras vinculadas à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nas áreas de Ciências Sociais, Enfermagem, Geografia e Psicologia, respectivamente, participaram em mais da metade das pesquisas encontradas. Desta forma, essas pesquisadoras situam a UNIR como importante local de estudos acadêmicos sobre violência contra mulheres em Porto Velho/RO.

**FIGURA 1**

**Quantidade de publicações encontradas por ano**



Fonte: Revisão bibliográfica. Elaborado pelos autores (2022).

Conforme a Tabela 1 (abaixo), da análise temática, seguindo as orientações de Bardin (1977/2016), emergiram os seguintes temas e categorias: *Realização das políticas públicas* – Implantação e execução das políticas, Denúncias e medidas judiciais com base na Lei Maria da Penha, Concepções de implementadoras/es e usuárias; *Violações à integridade das mulheres* – Tipos e contextos da violência contra mulheres, Análises de pesquisadoras sobre violência contra mulheres; *Homens que agrediram mulheres* – Análises das falas de homens que agrediram mulheres, Características de homens que agrediram mulheres, Intervenção com homens que agrediram mulheres. De acordo com estes temas e categorias, em seguida são apresentadas as evidências encontradas nas pesquisas.

TABELA 1

**Estudos empíricos sobre violência contra mulheres realizados em Porto Velho/RO, de 2009 a julho de 2019**

Tema	Categoria	Área do Conhecimento	Estudos
Realização das políticas públicas (24)	Implantação e execução das políticas (11)	Psicologia (6)	Tamboril <i>et al.</i> , 2014; Xavier; Tamboril, 2014; Tamboril; Barbosa, 2015; Souza; Tamboril, 2015; Tamboril <i>et al.</i> , 2015; Tamboril; Andrade, 2018
		Ciências Ambientais (2)	Onofre, 2009; Nascimento, 2011
		Ciências Sociais (2)	Carvalho; Cemin, 2017; Santos; Cemin, 2017
		Direito (1)	Sityá, 2019
	Denúncias e medidas judiciais com base na Lei Maria da Penha (9)	Geografia (6)	Ribeiro; Silva; Belforte, 2013; Ribeiro; Silva, 2014; Ribeiro, 2014; Ribeiro <i>et al.</i> , 2014; Ribeiro; Silva; Silva, 2015; Ribeiro; Silva, 2015
		Direito (3)	Barbosa, 2013; Miranda, 2019; Sityá; Bohn, 2019
	Concepções de implementadoras/es e usuárias (4)	Direito (3)	Azevedo, 2011; Oliveira; Soares, 2015; Ferro; Souza, 2019
		Ciência Política (1)	Prosenewicz, 2018
	Violações à integridade das mulheres (17)	Tipos e contextos da violência contra mulheres (9)	Psicologia (4)
Enfermagem (4)			Santos; Moreira, 2011; Moreira <i>et al.</i> , 2012; Oliveira; Moreira, 2017; Rodrigues; Moreira, 2018
Ciências Ambientais (1)			Oliveira Filho; Carniello; Santos, 2010
Análises de pesquisadoras sobre violência contra mulheres (8)		Psicologia (3)	Teixeira, 2011; Santos, 2013; Wobeto, 2013
		Ciências Sociais (3)	Souza, 2009; Lagos, 2012; Amorim, 2018
		Direito (2)	Silva, 2018; Carvalho, 2019
Homens que agrediram mulheres (5)	Análises das falas de homens que agrediram mulheres (3)	Psicologia (3)	Carvalho; Germano, 2014; Zanol, 2015; Dantas, 2017
	Características de homens que agrediram mulheres (1)	Psicologia (1)	Andrade; Tamboril, 2015
	Intervenção com homens que agrediram mulheres (1)	Direito (1)	Ferro, 2019

Fonte: Revisão bibliográfica. Elaboração dos autores (2022).

## REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### Implantação e execução das políticas

As análises dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Porto Velho/RO indicam que, durante a fase de implantação, existiam dificuldades com a capacitação de profissionais, que não acompanhava o aumento da demanda nos serviços de atendimento, dificultando o trabalho especializado e em rede (Onofre, 2009; Nascimento, 2011). Assim, a implementação dificultosa refletiu em grandes esforços da gestão municipal entre 2007 e 2012, que buscou estruturar minimamente a cidade para receber as ações do governo federal (Xavier; Tamboril, 2014).

As adversidades na implementação da Rede aparecem em outros estudos (Tamboril *et al.*, 2014; Barbosa; Tamboril, 2015), os quais ressaltam a importância dos aparatos de assistência às mulheres em situação de violência na cidade, mesmo com os obstáculos, estes relacionados especialmente ao número de profissionais e às suas qualificações diante das demandas. Os estudos divulgam que aconteceram entraves desde a implantação dos serviços de assistência às mulheres em situação de violência, e que, embora algumas melhorias nas estruturas físicas tenham ocorrido, a capacitação profissional e a articulação da Rede ainda necessitam de aprimoramentos.

Desta forma, as ações judiciais na cidade são percebidas como lentas e falhas, impedindo a eficácia do prescrito na lei (Souza; Tamboril, 2015; Sityá, 2019). Por outro lado, os relatos de profissionais demonstram a relevância dos atendimentos psicossociais oferecidos pelo judiciário (Tamboril *et al.*, 2015). Não obstante, segundo as pesquisas, as dificuldades elencadas pioram para as mulheres indígenas da região, as quais estão sendo invisibilizadas na formulação, implantação e implementação das políticas públicas para mulheres em situação de violência (Carvalho; Cemin, 2017; Santos; Cemin, 2017).

### Denúncias e medidas judiciais com base na Lei Maria da Penha

Os registros da delegacia portovelhense para mulheres indicam que as violências contra elas acontecem em todos os bairros da cidade, principalmente nos locais periféricos, distantes do centro, onde estava localizada a instituição na época dos estudos. A maior parte das denúncias notifica os crimes de ameaça e lesão corporal como os mais frequentes e, ainda que a delegacia especializada funcione pela manhã e à tarde, é o período noturno que detém maior quantitativo de ocorrências (Ribeiro; Silva; Belforte, 2013; Ribeiro, 2014; Ribeiro *et al.*, 2014; Ribeiro; Silva, 2014, 2015; Ribeiro; Silva; Silva, 2015).

De acordo com os dados, há uma associação entre futebol, fim de semana e violência: os episódios registrados acontecem especialmente nas quartas à noite e nos fins de semana (Miranda, 2019). Quanto a essas denúncias, sustenta-se que aumentaram entre 2006 e 2013, resultando em muitas solicitações de medidas protetivas de urgência (Barbosa, 2013). Ademais, Porto Velho/RO aparece no topo das denúncias de violência contra mulheres no período 2012-2017, sendo no estado a cidade mais populosa e a única que apresenta juizado especializado para os casos de violência doméstica e familiar contra mulheres (Sityá; Bohn, 2019). De fato, dados nacionais mostram que em Rondônia houve aumento em 121,4% de mulheres assassinadas entre 2007 e 2017 (Ipea; FBSP, 2019), sendo possível depreender que, mesmo

após a sanção da LMP e da instituição de políticas de proteção às mulheres, muitas continuam convivendo com a violência, já que as mortes refletem apenas a parte mais explícita do problema.

### Concepções de implementadoras/es e usuárias

Em Porto Velho/RO, dentre os órgãos públicos envolvidos na efetivação da LMP, há serviços de proteção, assistência, acompanhamento e orientação, os quais já foram avaliados no princípio como eficazes no combate à violência contra mulheres, a partir da fala de implementadoras/es e mulheres atendidas (Azevedo, 2011).

No entanto, estudos mais recentes na cidade revelam a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Família (DEAM) como um serviço mal avaliado por usuárias e até mesmo funcionárias, além disso, os horários de funcionamento e sua antiga localização certamente impediam o acesso de muitas mulheres ao atendimento. As delegadas, assim como as mulheres atendidas na referida delegacia, indicavam que a instituição não atendia às diretrizes nacionais e internacionais, o que caracteriza outro abuso às mulheres e poderia sustentar denúncia do Estado frente à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (Ferro; Souza, 2019).

No Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da cidade, 80% das mulheres relataram não saber o que são medidas protetivas de urgência, embora 70% tenham feito uso desse procedimento, o que é no mínimo curioso. Quanto à eficácia destas sanções, as opiniões se dividem: metade acredita que foram eficazes, e a outra metade, não (Oliveira; Soares, 2015). Neste sentido, o acesso à justiça é complexo, pois envolve impasses econômicos, sociais e culturais (Brasil, 2013; Pasinato, 2015; Souza *et al.*, 2016), os quais influenciam a vida das mulheres e seu atendimento na Rede.

Além disso, as concepções de mulheres, agressores e implementadoras/es de políticas públicas quanto à violência doméstica e familiar contra mulheres são diversas, implicando em diferentes formas de lidar com o assunto (Prosenewicz, 2018). Visto isso, são importantes as formações específicas oferecidas para quem implementa tais políticas, cujos estudos devem incluir análises sobre os atravessamentos da ordem patriarcal na vida e na atuação das/os representantes do Estado, o que, se não for feito, pode implicar em violência institucional e revitimização das mulheres nos espaços que deveriam servir à sua proteção, ao seu acolhimento e à garantia de direitos.

## VIOLAÇÕES À INTEGRIDADE DAS MULHERES

### Tipos e contextos da violência contra mulheres

Os atendimentos registrados na rede mostram que as mulheres portovelhenses sofrem principalmente agressões psicológicas e físicas, representadas especialmente pelos crimes de ameaça e lesão corporal (Andrade; Tamboril, 2014; Barbosa; Tamboril, 2014; Souza; Tamboril, 2014). Nos documentos da DEAM, as ocorrências aparecem como numericamente estáveis, em torno de 4.000 ao ano, com boa parte registrada em delegacias comuns, com o crime de ameaça sendo o mais frequente (Oliveira Filho; Carniello; Santos, 2010).



As violências física e psicológica predominam, tanto na área urbana quanto na rural; dados em concordância com pesquisas e relatórios nacionais (Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2009; Canal Rural, 2016; Brasil, 2017, 2018b, 2019a, 2019b). Na zona rural, os números da violência doméstica contra mulheres são preocupantes (Moreira *et al.*, 2012) e levantam a necessidade de estratégias diferenciadas para abordar a violência contra elas, uma vez que a distância do meio urbano e particularidades do contexto demandam entendimentos e intervenções próprias (Zimmerman; Viana, 2014; Borth *et al.*, 2018).

No sistema de saúde, fichas de notificação compulsória informam mulheres adolescentes, solteiras, negras/pardas, com Ensino Fundamental como principais vítimas de violência doméstica e familiar, e menos da metade delas é encaminhada a outros serviços após o registro (Oliveira; Moreira, 2017). No mesmo contexto, as grávidas da cidade aparecem como vítimas de violência física, psicológica e sexual perpetrada pelos parceiros, culminando em um índice significativo de depressão pós-parto (Santos; Moreira, 2011; Rodrigues; Moreira, 2018).

Em outro âmbito, detentas ouvidas em Porto Velho/RO revelaram que a violência doméstica fez parte de suas vidas, enquanto crianças ou adultas. No entanto, os agressores não foram denunciados e elas não receberam qualquer acompanhamento (Chaquian, 2010). Assim, as informações ratificam que a violência atinge mulheres de todos os ambientes e de todas as idades, necessitando de ações voltadas aos diferentes públicos.

### **Análises de pesquisadoras sobre violência contra mulheres**

Os processos de feminicídio em Porto Velho/RO expõem que a maioria destes crimes é cometida por “companheiros” da vítima, antigos ou atuais, motivados pela ideia de mulher como propriedade, o que evidencia conceitos patriarcais (Carvalho, 2019). Uma investigação de ações judiciais no juizado especializado da cidade assinala medo de morrer, dificuldades financeiras e preservação da família como motivos para as mulheres não denunciarem as violências (Amorim, 2018).

Algumas pesquisadoras defendem a complexidade das relações entre homens e mulheres, ressaltando a mescla de fatores pessoais, situacionais, sociais, políticos e econômicos que nelas interferem. Seja por meio de notícias veiculadas na mídia local e de relatos de pessoas do convívio de vítimas de assassinatos conjugais (Souza, 2009) ou pelos relatos de mulheres de diferentes idades que conviveram com homens violentos (Silva, 2018), o emaranhado das relações de gênero fica destacado em poucos estudos.

Em contrapartida, outras pesquisas de cunho psicanalítico se voltam aos aspectos individuais envolvidos na dinâmica da violência contra mulheres cometida por homens, concluindo que: a repetição de relações amorosas violentas se associa a um modo de vinculação ao outro (Wobeto, 2013); a relação conjugal funciona como suporte emocional às experiências anteriores de desamparo e, mesmo com a insatisfação, o amor ao ideal do casamento como valor feminino prevalece (Santos, 2013); existe uma dependência afetiva que faz o rompimento se colocar como insuportável (Teixeira, 2011). Tais olhares mostram reducionismos de um problema complexo, quando colocam as mulheres como únicas responsáveis por viverem, sustentarem e terem dificuldades em romper com as situações de violência.

Na leitura de violências mais sutis, foi observado o processo de masculinização das lideranças de templos religiosos afro-brasileiros em Porto Velho/RO, na conclusão de que, nas casas com chefes homens, existem

papéis bem definidos, cabendo a eles ações na rua e às mulheres, atividades do âmbito doméstico (Lagos, 2012). Nota-se que a violência contra mulheres pode se apresentar de variadas formas e em variados contextos, requerendo conhecimento elaborado e análises minuciosas.

## HOMENS QUE AGREDIRAM MULHERES

### Análises das falas de homens que agrediram mulheres

Baseada na leitura psicanalítica, a escuta de homens sentenciados na LMP indica angústia e mecanismo de defesa frente ao perigo de ameaça do ego, em um discurso no qual aparecem a mulher cuidadora e o homem provedor do lar (Carvalho; Germano, 2014). Esse viés teórico sustenta ainda que o discurso de homens que cometeram abusos sexuais alterna entre o reconhecimento da perversidade em suas ações e a obtenção de prazer na realização delas (Zanol, 2015), e que homens sentenciados na LMP buscam afirmar um padrão hegemônico de masculinidade que contribui para a violência conjugal (Dantas, 2017).

Assim, é oportuno frisar que a subjetividade é construída em meio aos contextos socioculturais, nas trocas intersubjetivas, que podem favorecer ou não a problematização e a desconstrução da violência de gênero. Destarte, ratificamos que palavras e ações existem em um fundo social que as sustentam, sendo necessário explicitar as estruturas cotidianas que apoiam homens que cometem violência, como é o caso do patriarcado enquanto sistema explorador-dominador das mulheres.

### Características de homens que agrediram mulheres

Em Porto Velho/RO, a maior parte dos homens atendidos no Núcleo Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Velho (PVHNPPS) apresentou entre 26 e 39 anos e cursou o Ensino Fundamental. Em quase todos os atendimentos do serviço, apareceram as violências física e psicológica, e o álcool foi o principal desencadeador e potencializador da violência (Andrade; Tamboril, 2015).

O grande quantitativo de violência cometida por homens alcoolizados confirma relatórios nacionais e revisões de estudos nacionais e internacionais (Silva; Coelho; Moretti-Pires, 2014; Brasil, 2015, 2017, 2019b; Araújo *et al.*, 2018). Esta informação sinaliza para a necessidade de prevenir o uso/abuso do álcool, por meio de campanhas e da articulação das Redes de Atendimento às mulheres e de Atenção Psicossocial, nas quais há possibilidade de acompanhamento de pessoas alcoolistas.

### Intervenção com homens que agrediram mulheres

Um projeto do juizado especializado de Porto Velho/RO é apontado como eficaz no combate à violência contra mulheres, indicando que apenas 10% dos participantes reincidiram, enquanto para os que não participaram este índice atingiu 43% (Ferro, 2019). No Brasil, esse tipo de atenção aos homens que cometeram violência de gênero é relativamente recente, mas sua importância e necessidade tem sido sustentada nos estudos, ainda que ultimamente os problemas enfrentados para organizá-los sejam

muitos, desde a falta de diretrizes mínimas e fiscalização até a falta de recursos, tensões levantadas nas abordagens dos assuntos e em divergências políticas (Beiras; Nascimento; Incrocci, 2019; Nothhaft; Beiras, 2019).

## DISCUSSÃO

Por meio desta revisão, verifica-se que a produção científica sobre violência contra mulheres em Porto Velho/RO tem acontecido com certa constância, especialmente a partir de 2014, e abarca contribuições de diferentes campos do conhecimento. As pesquisas encontradas estão apoiadas em diferentes métodos e abordagens de análise, caracterizando uma produção diversificada com tipos de textos variados. A Universidade Federal de Rondônia é o principal local de produção sobre o tema, abrangendo mais de metade das publicações, e a Psicologia é a área que contempla a maior parcela das pesquisas realizadas.

De maneira geral, nota-se que as pesquisas pouco fazem referências entre si, dialogando mais com os estudos nacionais e de outros contextos do que com a realidade local. Ainda que isso seja importante em termos comparativos, seria interessante que, por falarem de Porto Velho/RO e serem produzidos em grande parte na mesma universidade, esses estudos pudessem tecer um corpus consistente sobre a violência contra mulheres na região. Se houvesse maior interlocução entre as pesquisas desta localidade, entende-se que cresceriam as possibilidades de intervenção nas políticas e nas práticas voltadas à violência contra mulheres.

É preciso expor que os caminhos para realizar esta revisão foram tortuosos, devido às dificuldades para encontrar publicações que atendessem ao tema e ao período temporal proposto nas bibliotecas eletrônicas de maior reconhecimento no meio acadêmico. Os questionamentos levam a refletir sobre o que acontece para que publicações referentes ao Norte do país estejam ausentes nos periódicos com maior visibilidade no Brasil. De toda forma, as pesquisas existem e esta revisão contribui no sentido de verificar o que tem sido pesquisado em Porto Velho/RO com relação à violência contra mulheres.

A escolha por uma categorização temática permitiu evidenciar que a maior parte dos estudos se voltam à análise da implantação e implementação das políticas públicas instituídas com/após a Lei Maria da Penha. Nessa direção, esta revisão mostra que as políticas públicas voltadas às mulheres de Porto Velho/RO têm dificuldades relacionadas à estrutura, ao funcionamento e à capacitação de profissionais para atendimento. Estas complicações também se fazem presentes em outros estados e acontecem não somente por uma questão de recursos, mas também por resistências às reformulações institucionais, culturais e pessoais (Brasil, 2013). Assim, ainda que as políticas públicas tenham sido estabelecidas, sua concretização mostra-se dificultada por envolver outras questões que vão além dos documentos. Isto prejudica não só as mulheres em situação de violência, uma vez que os prejuízos sociais da violência contra mulheres/violência de gênero são muitos e alcançam todas/os nós (Nações Unidas, 2016).

Pelos estudos, identifica-se quais mulheres têm conseguido acessar certos dispositivos da Rede de Atendimento, indicando que as mulheres brancas foram as mais atendidas no CREAS Mulher de Porto Velho/RO; todavia, mulheres negras aparecem como as mais atingidas pela violência no país (Brasil, 2017, 2019b; Ipea; FBSP, 2019). O estado de Rondônia, inclusive, figurava em quarto lugar dentre as unidades federativas quando consideradas as mortes violentas de mulheres negras e pardas em 2015 (Brasil, 2018b). No mesmo sentido, pesquisas em delegacias especializadas no atendimento de mulheres nos

estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro (Moura; Netto; Souza, 2012; Acosta, Gomes; Barlem, 2013; Machado *et al.*, 2020) concluem que as mulheres brancas foram as mais atendidas, entretanto, a pesquisa mais recente mostra que as mulheres negras procuraram a delegacia especialmente durante os plantões, sendo que nestes foram registradas as ocorrências mais graves, com hematomas aparentes e necessidade de encaminhamento aos serviços de saúde. A partir disto, é possível inferir que o racismo institucional colabora para que as mulheres negras morram antes de conseguir alcançar os serviços de acolhimento, atendimento e proteção (Goes; Nascimento, 2013; Hooks, 2015; Macêdo, 2018). Em Rondônia, as mulheres negras correspondem à 74% das vítimas de assassinato (Cerqueira; Ferreira; Bueno, 2021), sendo salutar que haja atenção aos seus casos no acesso aos dispositivos que podem colaborar para prevenir suas mortes.

O mesmo acontece com as mulheres indígenas em Porto Velho/RO, que, segundo as pesquisas revisadas, estão sendo negligenciadas desde a elaboração das políticas. Junta-se a isto a especificidade de suas situações, uma vez que, para interferir nos ambientes indígenas, é preciso entender o papel do Estado na intrusão da ordem colonial/moderna, que modifica relações de gênero desses povos e anuncia defesa das mulheres enquanto destrói/enfraquece o meio ambiente/a malha social que as protege (Segato, 2012). Há, ainda, os casos das mulheres que vivem na zona rural, distantes do meio urbano e dos serviços da Rede de Atendimento. Os índices de violência contra as mulheres nas áreas rurais de Porto Velho/RO são altos, e a vulnerabilidade delas aumenta devido à solidão e a pouca quantidade ou ausência de serviços que possam colaborar para identificar, notificar e dar continuidade à resolução do problema (Canal Rural, 2016; ONU Mulheres Brasil, 2017; Bueno; Lopes, 2018; Nações Unidas Brasil, 2018; Nascimento *et al.*, 2019). Uma vez que a única DEAM de Porto Velho/RO está localizada no centro da cidade, é preciso investigar se/como as mulheres rurais e indígenas conseguem chegar aos serviços de atendimento quando em situação de violência. Assim, para que as políticas públicas possam alcançar todas as mulheres da cidade, é necessário considerar suas particularidades e desagregar dados referentes a elas nos boletins de ocorrência registrados na DEAM, o que, a analisar pelas pesquisas revisadas, ainda não se faz.

Deste modo, é importante considerar as intersecções do gênero com raça, classe, etnia, religião, localização geográfica e outros marcadores sociais, o que se não realizado conduz ao risco de ineficiência das políticas públicas e ao aumento da exclusão de mulheres no acesso aos serviços. Se as políticas públicas não partirem de um entendimento elaborado sobre as dinâmicas de desigualdade, é difícil garantir sua eficiência e a integridade das mulheres, o que confirma que, para enfrentar a violência contra mulheres, é preciso compreender as complexas estruturas que atravessam o cotidiano público e privado (Crenshaw, 2002). Outrossim, as políticas públicas, tal como estão sendo, precisam ser analisadas em suas possibilidades e limites para romper com a ordem patriarcal, sob a qual, como enuncia Saffioti (2015, p. 100), todas as pessoas respiram, comem, bebem e dormem.

As publicações que se voltam às denúncias e notificações em Porto Velho/RO confirmam que a violência atinge mulheres de todas as idades, tipos e lugares. Assim como em âmbito nacional, as violências física e psicológica são as mais denunciadas na capital (Brasil, 2017, 2018b, 2019a, 2019b). Salienta-se a associação entre futebol e violência contra mulheres, algo que acontece não só no Brasil, mas também em outros países, sobretudo no contexto da violência doméstica, como apontam pesquisas recentes. Nesse contexto, foi indicado que os jogos que acontecem no fim de semana e/ou cujos desfechos frustrem a torcida são os que mais contribuem para o aumento de agressões domésticas contra mulheres (Cerqueira, 2022). Destarte, ressalta-se com isso que, para combater a violência contra mulheres, faz-se necessário intervenções com os homens, abordando suas ideias sobre masculinidades/virilidades, construções

sociais/culturais estas que existem em tempo-espaço (Virgili, 2013), sendo passíveis de investigação e reformulação para outros sentidos e significados menos prejudiciais às mulheres.

Ainda no que tange às denúncias, indica-se que o medo de morrer constitui um dos principais motivos para que as mulheres de Porto Velho/RO não registrem as violências perpetradas contra elas, o mesmo que acontece com outras brasileiras que não denunciam violências domésticas e familiares, permanecendo em relações com essas violências. Apesar disso, os dados nacionais sugerem que a maioria das mulheres que sofreram violência não convive mais com os homens que lhes agrediram (Brasil, 2017; 2019b). Todavia, a denúncia e o rompimento da relação são percebidos como os momentos mais críticos, períodos em que há maior risco delas serem novamente vitimadas, até mesmo assassinadas (Data Popular; Instituto Patrícia Galvão, 2013). Assim, os esforços das políticas públicas devem incluir a proteção das mulheres após a escolha de denunciar e romper o relacionamento, como por meio de patrulhas, as quais demonstram bons resultados em Porto Velho/RO (Bentes, 2019).

Quanto aos homens que cometeram violência contra mulheres, há uma lacuna nos estudos realizados em Porto Velho/RO. Foram encontradas apenas três pesquisas que se propuseram a ouvi-los e analisar sua visão sobre a violência que cometeram, e todas partiram de um viés psicanalítico. Nesse sentido, além da necessidade de outras investigações com esse público, é preciso outros olhares, provenientes de diferentes abordagens, que possam dialogar com as complexidades do problema em questão. Os estudos ratificam que o olhar dos homens sobre seus atos faz parte de uma construção sociocultural que reafirma o patriarcado no cotidiano, promovendo sua impunidade e o não reconhecimento de seus atos como crime, perpetuando a continuação da violência (Saffioti, 2001).

Além da associação com o futebol, foi também observado o uso de álcool por grande parte dos homens atendidos em um serviço especializado, em consonância com outras pesquisas realizadas em diferentes lugares (Silva; Coelho; Moretti-Pires, 2014; Brasil, 2015, 2017, 2019b; Araújo *et al.*, 2018). Mais uma vez, nota-se que é preciso realizar intervenções com homens para melhor prevenir a violência contra mulheres, identificando padrões no consumo de psicoativos. Nesse caso, o trabalho com as masculinidades também importa, uma vez que as perspectivas do ser masculino perpassam muitas vezes os níveis do consumo de bebidas entre esse público (Rosa; Nascimento, 2015; Nascimento, 2016), podendo desencadear a violência.

## APONTAMENTOS FINAIS

Esta revisão possibilita tecer algumas conclusões sobre os estudos de violências contra mulheres na cidade de Porto Velho/RO. Uma delas diz respeito à dificuldade para encontrá-los, precisando ir além das bibliotecas eletrônicas reconhecidas para encontrar as produções de nossa realidade, o que leva a questionar a visibilidade “dada” às pesquisas da região Norte do país (em particular, o tema buscado), e mais especificamente, de Porto Velho.

É também importante notar a quantidade de produções da Psicologia sobre o tema considerado, área da qual infere-se engajamento nas investigações que possam colaborar para mudar a situação das mulheres que convivem com a violência. No mesmo sentido, a Universidade Federal de Rondônia, pelos programas de pós-graduação e de iniciação científica, contribuiu com muitas pesquisas para esta revisão, demonstrando a importância/o papel dessa instituição na discussão sobre violência contra mulheres. Ainda, salienta-se a presença massiva de mulheres como autoras dos textos encontrados.

Sobre os estudos, que entre objetivos e metodologias se diferenciam bastante, seus resultados e suas conclusões levam a duas principais concordâncias: 1) a permanência da violência contra mulheres na cidade, representada principalmente nos altos índices de violências física e psicológica; 2) a existência de dificuldades no funcionamento da Rede de Atendimento às mulheres, especialmente na principal porta de entrada, a delegacia das mulheres, que estava localizada no centro da cidade e não funcionava em período integral. Recentemente, a instituição foi transferida para outro local, na zona Leste da cidade, e continua não atuando o dia inteiro. Logo, em Porto Velho/RO ressalta-se a continuidade das altas taxas de assassinato e outras violências contra as mulheres, mesmo após a criação de políticas públicas específicas para conter e prevenir tais situações.

De modo mais específico, os trabalhos da Geografia demonstram que mulheres de todos os bairros da cidade sofrem violência, e os das Ciências Sociais ressaltam a importância de olhar para as mulheres indígenas, invisibilizadas na realização das políticas públicas. Dos poucos estudos realizados com homens, um deles considera que o projeto em grupo realizado no juizado especializado da cidade tem sido eficaz no combate à violência contra mulheres. Outros trabalhos do Direito evidenciam que ainda existem obstáculos para o acesso das mulheres às políticas públicas, seja por dificuldades na Rede de Atendimento ou por falta de conhecimento sobre ela.

De toda forma, os textos encontrados revelam esforços das pesquisadoras em diagnosticar a situação das mulheres em Porto Velho/RO. A maioria analisa o que há de mais visível, isto é, a violência denunciada e a que já finalizou a vida, sendo raros os que investigam o que há de mais invisível e naturalizado na opressão feminina, uma discussão cada vez mais presente nos meios sociais. No mais, poucos buscam motivos nas mulheres para permanecerem nas relações, mas a maior parte se preocupa em compreender como esse fenômeno é socialmente construído/reforçado e o que tem sido feito para minorá-lo.

Aponta-se que é relevante refletir sobre a violência contra mulheres desde uma perspectiva regional, contextualizada com o cenário nacional, pois abordagens localizadas do referido tema continuam sendo necessárias, uma vez que, além de se referir ao processo de subjetivação de mulheres e homens em uma sociedade patriarcal, machista, misógina e violenta, existem ainda particularidades nos diferentes lugares do país, tanto pelo contexto sociocultural quanto político, econômico, dentre outros. Assim, por meio desta revisão, espera-se contribuir para uma leitura mais abrangente, complexa e situada da temática discorrida, ressaltando o compromisso social, ético e político necessário em qualquer pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lucia de Oliveira, BARLEM, Edison Luiz Devos. Perfil das ocorrências policiais de violência contra mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 26, n. 6, p. 547-553, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000600007>.

ARAÚJO, Welton Souza Campos de; SILVA, Andrey Ferreira da; ESTRELA, Fernanda Matheus; LÍRIO, Josinete Gonçalves dos Santos; CRUZ, Moniki Araújo da; SANTOS, Jemima Raquel Lopes; PEREIRA, Álvaro. A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão integrativa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 22, n. 2, p. 117-122, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v22i2.2018.6380>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977/2016.

**Violência contra mulheres:  
evidências empíricas em Porto Velho/RO**Bruno Henrique Lins Andrade  
e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262-274, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>.

BENTES, Gaía. Patrulha Maria da Penha completa primeiro ano com redução da reincidência em casos de agressão e feminicídio em Rondônia. **Portal do Governo do Estado de Rondônia**, PM, Notícia, 2 maio 2019. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/patrulha-maria-da-penha-completa-primeiro-ano-com-reducao-da-reincidencia-em-casos-de-agressao-e-feminicidio-em-rondonia/>. Acesso em: 11 maio 2021.

BORTH, Luana Cristina; COSTA, Marta Cocco da; SILVA, Ethel Bastos da; FONTANA, Darielli Gindri Resta; ARBOIT, Jaqueline. Rede de enfrentamento à violência contra mulheres rurais: articulação e comunicação dos serviços. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, supl. 3, p. 1212-1219, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0044>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, p. 1, col. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa DataSenado**: violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Senado Federal, Instituto de Pesquisa DataSenado, Observatório da Mulher contra a violência, Secretaria de Transparência, jun. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da violência contra a mulher**. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Presidenta: Deputada Federal Jô Moraes; Vice-Presidenta: Deputada Federal Keiko; Relatora: Senadora Ana Rita. Brasília: Senado Federal, Secretaria Geral da Mesa, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, Diário Oficial da União, p. 1, col. 2, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018a.

BRASIL. Senado Federal. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a violência, 2018b.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Balanço anual: Ligue 180 recebe mais de 92 mil denúncias de violações contra mulheres. **Portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Notícias, 6 ago. 2019a. Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/agosto/balanco-anual-ligue-180-recebe-mais-de-92-mil-denuncias-de-violacoes-contra-mulheres>. Acesso em: 11 maio 2021.



BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa DataSenado**: violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Senado Federal, Instituto de Pesquisa DataSenado, Observatório da Mulher contra a violência, Secretaria de Transparência, dez. 2019b.

BRUNELL, Laura; BURKETT, Elinor. Feminism. **Encyclopedia Britannica**, History & Society, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/feminism>. Acesso em: 11 maio 2021.

BUENO, André Luis Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, e01511, 2018. DOI: [dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18l1ao](https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18l1ao).

CANAL RURAL. Violência doméstica: 4 mil mulheres do campo fazem denúncia no 1º semestre do ano. **Canal Rural** [Redação], Diversos, 26 ago. 2016. Disponível em <http://www.canalrural.com.br/noticias/violencia-domestica-mil-mulheres-campo-fazem-denuncia-semester-ano-63622>. Acesso em: 11 maio 2021.

CASARIN, Sidnéia Tessmer; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartschi; BONOW, Clarice Alves; RIBEIRO, Juliane Portella; MOTA, Marina Soares. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5. e2010403, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924>.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CEJUS – Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça; SRJ – Secretaria de Reforma do Judiciário. **A violência doméstica fatal**: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça; CEJUS; FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2015.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder, BUENO, Samira (Coords). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Futebol e a violência contra a mulher**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Avon, 2022.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005. DOI: [dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: [dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011).

DATA POPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. São Paulo: Data Popular; Instituto Patrícia Galvão, 2013.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, Datafolha, 2017.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19** – Ed. 3. Nota Técnica. 24 jul. 2020. [s.l.]: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.



**Violência contra mulheres:  
evidências empíricas em Porto Velho/RO**Bruno Henrique Lins Andrade  
e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 571-579, 2013. DOI: [dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000400004](https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400004).

GONZALEZ, Mariana. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. **Revista Cult**, 14 nov. 2017. Disponível em: [revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana](http://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana). Acesso em: 11 maio 2021.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 193-210, 2015. DOI: [doi.org/10.1590/0103-335220151608](https://doi.org/10.1590/0103-335220151608).

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Pesquisa violência sexual**: percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil. Rio de Janeiro: Agência Patrícia Galvão, 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para Discussão 2048**. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; FBSP, 2019.

MACÊDO, Hildevânia. Impactos do racismo na assistência à saúde das mulheres negras. **Brasil de Fato**, Opinião, João Pessoa/PB, 23 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/23/impactos-do-racismo-na-assistencia-a-saude-das-mulheres-negras>. Acesso em: 11 maio 2021.

MACHADO, Dinair Ferreira; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de; DIAS, Adriano; BERNARDES, João Marcos; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 483-494, 2020. DOI: [doi.org/10.1590/1413-81232020252.14092018](https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.14092018).

MENDONÇA, Ana. Coronavírus: Damares diz que violência contra a mulher aumentou 9% na pandemia. **Estado de Minas**, Política, 2 abr. 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/04/02/interna\\_politica,1135089/coronavirus-damares-diz-que-violencia-contra-a-mulher-aumentou-9-na.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/04/02/interna_politica,1135089/coronavirus-damares-diz-que-violencia-contra-a-mulher-aumentou-9-na.shtml). Acesso em: 11 maio 2021.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Políticas para as Mulheres: um olhar sobre o desmonte em andamento. **Gênero na Amazônia**, n. 15, p. 12-32, jan./jun. 2019.

MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; NETTO, Leônidas de Albuquerque; SOUZA, Maria Helena Nascimento. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 435-442, 2012. DOI: [doi.org/10.1590/S1414-81452012000300002](https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300002).

NAÇÕES UNIDAS. Defender o fim da violência contra mulheres é “questão de vida ou morte”. **Nações Unidas**, ONU News, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/11/1569311-defender-o-fim-da-violencia-contra-mulheres-e-questao-de-vida-ou-morte>. Acesso em: 12 maio 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. FAO alerta para falta de dados sobre violência sexual contra mulheres rurais no Brasil. **ONU Brasil**, 16 out. 2018. Disponível em: [nacoesunidas.org/fao-alerta-para-falta-de-dados-sobre-violencia-sexual-contra-mulheres-rurais-no-brasil](http://nacoesunidas.org/fao-alerta-para-falta-de-dados-sobre-violencia-sexual-contra-mulheres-rurais-no-brasil). Acesso em: 12. dez. 2019.

NASCIMENTO, Pedro. Beber como homem: dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 57-70, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/319057-70/2016>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NASCIMENTO, Daine Ferreira Brazil do; MOTA, Georgiane Silva; PORTO, Priscilla Nunes; PORCINO, Carle; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Violência contra a mulher no contexto rural. **Brazilian Applied Science Review**, v. 3, n. 6, p. 2501-2513, 2019. DOI: [dx.doi.org/10.34115/basrv3n6-017](https://doi.org/10.34115/basrv3n6-017).

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

ONU MULHERES BRASIL. ONU alerta para a violência contra as mulheres nas comunidades rurais. **ONU Mulheres Brasil**, Notícias, 25 out. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-a-violencia-contra-as-mulheres-nas-comunidades-rurais>. Acesso em: 11 maio 2021.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. **Revistas Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015. DOI: [doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533](https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533).

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. *In*: **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu/MG, out. 2018.

RECAVARREN, Isabel Santagostinho; ELEFANTE, Maria. A sombra da pandemia: violência contra as mulheres durante a COVID-19. **World Bank Blogs**, 1 out. 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/pt/latinamerica/sombra-da-pandemia-violencia-contra-mulheres-durante-covid-19>. Acesso em: 11 mar. 2021.

REZENDE, Constança; RESENDE, Thiago. Pasta de Damares esvazia verbas para combate à violência contra mulher. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/pasta-de-damares-esvazia-verbas-para-combate-a-violencia-contra-mulher.shtml>. Acesso em: 9 mar. 2021.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista**: o fenômeno do ativismo digital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2017.

ROSA, Livia Ferreira de Araújo; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso. Representações sociais de bebida alcoólica para homens universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 1, p. 3-19, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 201-234.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Violência contra as mulheres trabalhadoras rurais nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical**: Relatório de Pesquisa. Brasília: CONTAG, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, v. 18, p. 106-131, 2012. DOI: [dx.doi.org/10.4000/eces.1533](https://doi.org/10.4000/eces.1533).

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otavio. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 35, n. 4, p. 278-283, 2014.

SOUZA, Elizangela Gonçalves de; ALCINO, Danielle Schreiber Batista de; PUGEDO, Fabrícia Soares Freire; CALIXTO, Flávia Furtado; SILVA, Marcelo Ribeiro da; CAMPOS, Merce Mara Ferreira; TURCI, Nathalia de Sá; NUNES, Raphaella Borges Mendes Soares; MELO, Elza Machado de. Dificuldades dos profissionais da rede de atenção à mulher de 10 municípios brasileiros para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da violência contra a mulher. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, supl. 8, p. 134-140, 2016.

SUCUPIRA, Gicele. Gênero e violência nas produções acadêmicas em Rondônia. *In*: **Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13º Women's Worlds Congress**. Florianópolis/SC, 2017.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade**: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 82-115.

ZIMMERMAN, Tânia Regina; VIANA, Ana Evanir Alves. Apontamentos sobre gênero e violência contra mulheres indígenas Kaiowa e Guarani em Amambai, MS (2007-2014). **Tellus**, ano 14, n. 27, p. 117-128, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i27.311>.

## ESTUDOS REVISADOS

### ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVRO

CARVALHO, M. C.; GERMANO, Zeno. Estudo de caso acerca da relação conjugal violenta: um olhar a partir do homem. **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 17, n. 26, p. 179-194, 2014.

CHAQUIAN, E. O. Estudo sobre histórico de casos de violência doméstica de presidiárias de Porto Velho. **Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes**, v. 1, n. 1, p. 100-114, 2010.

FERRO, Álvaro Kalix; SOUZA, Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria. Violação de direitos humanos: atendimento policial à mulher vítima de violência doméstica. **Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, n. 25, p. 13-31, 2019.

MOREIRA, Katia Fernanda Alves; COSTA, Adriano Pinheiro; OLIVEIRA, Tathiane Souza; ANDRADE, Maria Margarete Oliveira; CRUZ, Roberta Loretha Souses; ALVES, Márcia Maria Mororó. Perfil sociodemográfico da mulher e a ocorrência de violência doméstica. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 6, n. 1, p. 18-25, 2012.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Uma análise pragmática da desigualdade socioespacial entre as mulheres vítimas de violência de gênero em Porto Velho-Rondônia.

**Revista Equador**, v. 4, n. 1, p. 167-181, 2014.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SANTOS, Alex Mota dos; LOPES, Jéssica Maiara Alves; GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. Aplicação de geotecnologias nas pesquisas em geografia socioambiental no município de Porto Velho-Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 6, n. 3, p. 21-37, 2014.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Violência, vulnerabilidade e desigualdade socioespacial: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho-RO. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 92-104, 2015.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Rachel Dourado da; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Criminalidade e espaço: uma representação espacial dos crimes de violência contra a mulher no município de Porto Velho-Rondônia. **RPGeo**, v. 2, n. 1, p. 56-66, 2015.

SITYÁ, Daniela Christina Klemz Eller; BOHN, Rudhy Marssal. A violência doméstica contra a mulher no estado de Rondônia: os números da judicialização e outros apontamentos. **Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, n. 25, p. 61-81, 2019.

TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; ANDRADE, Bruno Henrique Lins. Entre similaridades e particularidades no atendimento a vítimas de violência doméstica no CREAS Mulher em Porto Velho-Rondônia. *In*: GRANDO, Belene Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa; FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara (Orgs.). **Mulheres, culturas e identidades**. Curitiba: CRV, 2018, p. 39-54.

TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; XAVIER, Aline Portigo; ANDRADE, Bruno Henrique Lins; SOUZA, Naiara Alves; BARBOSA, Prisma Inácio da Silva. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres: mire e veja. *In*: URNAU, Lílian Caroline; PACÍFICO, Juracy Machado; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa (Orgs.). **Psicologia e políticas públicas na Amazônia: pesquisa, formação e atuação**. Curitiba: CRV; Porto Velho: EDUFRO, 2014, p. 125-141.

## TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

AMORIM, Adalgiza Leite de. **Violência doméstica contra a mulher praticada por cônjuges em Porto Velho**: formas de violência e perfil dos envolvidos. 2018. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2018.

AZEVEDO, Isabela Pereira. **Atuação dos órgãos públicos da comarca de Porto Velho para efetivação da Lei Maria da Penha**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2011.

BARBOSA, Sheila Patrícia da Silva. **Lei Maria da Penha e o ciclo da violência doméstica**: seis anos de efetivação, o que mudou?. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura) – Escola da Magistratura de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.

CARVALHO, Samile Dias. **Vítimas do feminicídio na comarca de Porto Velho**: quem somos, como somos agredidas, quem nos agride e como a justiça nos trata. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2019.

**Violência contra mulheres:  
evidências empíricas em Porto Velho/RO**Bruno Henrique Lins Andrade  
e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

DANTAS, Aline Rodrigues Moreira. **Violência conjugal**: uma leitura psicanalítica sobre o agressor. 2017. 110 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo de Saúde, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2017.

FERRO, Álvaro Kalix. **O Projeto Abraço e a violência contra a mulher**: relevância de um olhar sobre o agressor para a desconstrução da violência de gênero. 2019. 106 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2019.

LAGOS, Nilza Menezes Lino. **Segredos e intrigas**: relações entre violência de gênero e o processo de masculinização nas lideranças das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Velho (RO). 2012. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo/SP, 2012.

MIRANDA, José Emerson Fernandes de. **O vigor e aplicação da lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha**: um enfoque especial na sua aplicação em Porto Velho-RO. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário São Lucas, Porto Velho/RO, 2019.

NASCIMENTO, Joelma Sampaio do. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher**: a vulnerabilidade e o desenvolvimento no município de Porto Velho. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Núcleo de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2011.

OLIVEIRA, Genilda Lima de; SOARES, Muzamar Maria Rodrigues. **A efetividade das medidas protetivas de urgência da lei 11.340/2006**. 2015. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão Pública com Ênfase em Administração Judiciária) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho/RO, 2015.

ONOFRE, Mariangela Aloise. **Gênero, violência e política pública de desenvolvimento**: aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho. 2009. 82 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Núcleo de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2009.

PROSENEWICZ, Ivania. **Violência doméstica e familiar**: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia. 2018. 142 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon. **Geotecnologias, Geografia e crime**: espacialização da violência doméstica contra a mulher na área urbana de Porto Velho-Rondônia. 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2014.

SANTOS, Maria Liliane Gomes dos. **Os sintomas e hematomas do amor**: relatos de mulheres sobre a violência doméstica. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo de Saúde, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.

SILVA, Sara Coelho da. **O universo da violência contra a mulher em Porto Velho**: consequências para a vítima, enfrentamento. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Direito para a Carreira da Magistratura) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho/RO, 2018.

SITYÁ, Daniela Christina Klemz Eller. **A judicialização da violência doméstica e familiar contra a mulher no estado de Rondônia**. 2019. 138 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SOUZA, Clícia Henrique de. **Violência homicida entre casais em Porto Velho**: questões de gênero e desenvolvimento. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2009.

TEIXEIRA, Ana Carolina Gomes. **Amor e dor**: violência na vida conjugal de uma mulher. 2011. 89 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo de Saúde, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2011.

WOBETO, Edna Mônica da Silva. **O feminino e a violência numa perspectiva psicanalítica**. 2013. 190 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo de Saúde, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.

ZANOL, Lucilene. **À sombra da maldade**: relatos de homens autores de violência sexual. 2015. 114 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo de Saúde, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2015.

## RESUMOS E COMUNICAÇÕES ORAIS

ANDRADE, Bruno Henrique Lins; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Mulheres e seus agressores: um estudo de inquéritos no Ministério Público de Rondônia. *In: Anais do 24º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2015.

ANDRADE, Bruno Henrique Lins; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Vítimas e agressores: caracterização do perfil socioeconômico dos atores envolvidos na violência doméstica e familiar contra as mulheres em Porto Velho. *In: Anais do 23º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2014.

BARBOSA, Prisma Inácio da Silva; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Serviço de atendimento psicológico e as mulheres vítimas de violência no âmbito das políticas de enfrentamento à violência doméstica na cidade de Porto Velho-RO. *In: Anais do 24º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2015.

BARBOSA, Prisma Inácio da Silva; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Violência vivida e silenciada: um estudo da violência doméstica contra as mulheres em Porto Velho-RO. *In: Anais do 23º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2014.

CARVALHO, Laura Izabelle Nobre; CEMIN, Arneide Bandeira. Bioética intercultural e violência contra a mulher indígena: notificação e conflito moral. *In: Anais do 26º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2017.

OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de; MOREIRA, Katia Fernanda Alves. Violência contra a mulher em uma capital da região norte – Brasil. *In: Anais do 26º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2017.

OLIVEIRA FILHO, Raimundo; CARNIELLO, Monica Franchi; SANTOS, Moacir José dos. Violência doméstica e familiar: situação do município de Porto Velho – Rondônia após a vigência da lei nº 11.340/2006. *In: Anais do XIV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação*. São José dos Campos/SP, Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

**Violência contra mulheres:  
evidências empíricas em Porto Velho/RO**Bruno Henrique Lins Andrade  
e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; BELFORTE, Laila Cíntia Mota. A representação do medo a partir dos mapas: identificação da violência doméstica de gênero no espaço urbano da cidade de Porto Velho-Rondônia. *In: Anais do 5º Colóquio Nacional do NEER*. Mato Grosso/MT, UFMT, 2013.

RODRIGUES, Marcos Antônio Sales; MOREIRA, Kátia Fernanda Alves. Violência à gestante em um município da Amazônia Ocidental. *In: Anais do 27º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2018.

SANTOS, Steffanie Rafaelli Bessa; MOREIRA, Kátia Fernanda Alves. Depressão pós-parto e violência doméstica em puérperas da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família (USF) Aponiã no município de Porto Velho. *In: Anais do 20º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2011.

SANTOS, Sueli Oro Mon dos; CEMIN, Arneide Bandeira. Violência contra a mulher indígena e a Lei Maria da Penha: notificação policial e rede de apoio. *In: Anais do 26º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2017.

SOUZA, Naiara Alves de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Da violência anunciada à violência silenciada: um estudo da efetivação da Lei Maria da Penha na coibição da violência doméstica contra a mulher. *In: Anais do 24º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO: UNIR, 2015.

SOUZA, Naiara Alves de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Violência vivida e silenciada: um estudo da violência doméstica contra as mulheres em Porto Velho-RO. *In: Anais do 23º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2014.

TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; ANDRADE, Bruno Henrique Lins; SOUZA, Naiara Alves de; BARBOSA, Prisma Inácio da Silva. Evidenciando o (in)visível: o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica em Porto Velho-RO. *In: Anais do 18º Encontro Nacional da ABRAPSO*. Fortaleza/CE, UFC, 2015.

XAVIER, Aline Portigo; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em Porto Velho-RO. *In: Anais do 23º Seminário Final do PIBIC*. Porto Velho/RO, UNIR, 2014.

REVISTA  
BRASILEIRA  
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**